CONTRATO Nº. 22/2020
Licitação Pregão N°. 26/2020

Contrato que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D`OESTE** e de outro a empresa **HELPMED SAÚDE LTDA**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE**, com sede administrativa na Av. Iguaçu, 281, na cidade de São Jorge D' Oeste, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **76.995.380/0001-03**, neste ato representado pelo Prefeito **GILMAR PAIXÃO,** brasileiro, casado, portadora do CPF: 022.511.509-35 e do RG: 7.200.451-5, residente e domiciliado na Rua Joaçaba s/n, Centro, na cidade de São Jorge D'Oeste/PR, Centro, na cidade de São Jorge D'Oeste/PR, abaixo assinado, doravante designado **MUNICÍPIO** de um lado e de outro, a empresa ***HELPMED SAÚDE LTDA***, estabelecida na cidade de Curitiba/PR,AVENIDA IGUAÇU, 2820 CJ 201 - CEP: 80240031 - BAIRRO: AGUA VERDE, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/MF sob nº **04.770.650/0001-77**, neste ato representada por seu representante legal, ***LUAN CESAR BALBINO DIAS***, brasileiro, empresário, residente e domiciliado RUA DOUTOR RAUL CARNEIRO FILHO, 197 - CEP: 80620440 - BAIRRO: AGUA VERDE, na cidade de Curitiba/PR, portador do CPF: 045.624.689-47, ao fim assinado, doravante designada **CONTRATADA,** estando as partes sujeitas as normas da **Lei 8.666/93** e suas alterações subseqüentes, ajustam o presente **Contrato em decorrência do Pregão sob o nº. 26/2020,** mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, ATENDIMENTO DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA E CONSULTAS MÉDICAS NA ATENÇÃO BÁSICA COM PROFISSIONAL DEVIDAMENTE CAPACITADO E REGISTRADO NO CONSELHO DE CLASSE COM CARGA HORARIA DE 40 HORAS SEMANAIS, EM LOCAL DEFINIDO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR.**

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO
2.1. A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo preço certo e ajustado de **R$ 161.010,00 (cento e sessenta e um mil e dez reais), conforme tabela abaixo;**

ITENS								
Lote	Item	Código do serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Qtde.	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001	1	57383	Prestação de serviços com Médico Clínico Geral para atendimento na Unidade de Atenção Primária de Saúde da Família, ou em demais unidades de saúde do município, conforme	HELPMED	MES	9,00	17.890,00	161.010,00

Av. Iguaçu, 281 – Cx. Post. 31 – Fone/Fax: (46) 3534-8060 – CEP 85575-000 – SÃO JORGE D'OESTE – PARANÁ

			necessidade e determinação da Secretaria de Saúde de São Jorge D´Oeste. Atendimento diário conforme determinação de horários da secretaria municipal de saúde. Médico clinico, para atendimento de consultas na atenção básica e/ou urgência e emergência. Carga horaria de trabalho do ESF de 40 horas semanais.					
							TOTAL.....	161.010,00

2.2. Os seviços acima mencionados serão prestados pelo CONTRATADO, através de seus funcionários devidamente registrados, sem qualquer vinculação com o CONTRATANTE.
2.3. O presente contrato não implica em qualquer vinculo empregaticio do CONTRATADO pelos serviços prestados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O presente Contrato terá vigência de **09 (nove) meses, (19/01/2021)** a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vantagens para a CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993. E o prazo de execução é de **09 (nove) meses, (19/01/2021)**, podendo ser prorrogado até o limite da vigência e na condição prevista na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1. A Secretaria de Administração ou outro órgão competente da administração municipal, deverá requisitar os produtos à empresa contratada.
4.2. Em necessário, o profissional contratado, poderá fazer uso de veículo oficial do Município para se deslocar as Unidades de Saúde do interior e Distrito de Dr. Antonio Paranhos e ou a visitas domiciliares.
4.3. O Município tem a prerrogativa de solicitar a substituição do profissional médico quando ele não atender as exigências do Município, a apresentação de um novo profissional deverá ser no máximo em 48 (quarenta e oito) horas.
4.4 A empresa vencedora do certame não poderá fazer rotatividade de profissionais, pois este será inserido dentro de uma equipe e será responsável por uma área territorial seguindo a politica de saúde do Ministério da Saúde e o vinculo do profissional com o paciente é fundamental para o êxito no atendimento e acompanhamento das condições de saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados mensalmente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de segunda a sexta-feira para atendimento médico na Unidade de Atenção Primária de Saúde da Família ou em demais Unidades de Saúde do Município, conforme necessidade e determinação da Secretaria de Saúde de São Jorge D´Oeste. Atendimento diário

Av. Iguaçu, 281 – Cx. Post. 31 – Fone/Fax: (46) 3534-8060 – CEP 85575-000 – SÃO JORGE D'OESTE – PARANÁ

conforme determinação de horários da secretaria municipal de saúde. Médico clinico, para atendimento de consultas na atenção básica e/ou urgência e emergência.

6.2. Os prazos de que tratam o item 6.1, poderão ser prorrogados, quando solicitado pelo convocado desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

6.3. A previsão de retirada/prestação de serviços é em até 09 (nove) meses, podendo ser dilatado mediante confecção de Termo Aditivo, obedecida à legislação em vigor e havendo interesse da Administração.

6.4. As despesas referentes à entrega ficam por conta da licitante vencedora.

6.5. Os produtos/serviços deverão ser entregues/prestados dentro das especificações exigidas no Anexo I, deste edital, e a Divisão de compras deste Município fará eventuais diligências para verificação das entregas/prestação efetuadas. Se os produtos/serviços não estiverem de acordo com especificações deste edital, ou não apresentarem a qualidade desejada, serão rejeitados, obrigando-se o fornecedor a substituí-los, no prazo máximo de 1 (um) dia, sem prejuízo para o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

6.6. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca ou prestação do serviço do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do Município de São Jorge D'Oeste, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

CLAUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO:

7.1 - Nota Fiscal Fatura ou Nota Fiscal acompanhada das Certidões Negativas do INSS e FGTS. **Constar na Nota Fiscal o número deste Pregão e do Contrato.**

7.2 - CRITÉRIO DE RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS:

7.2.1. Os preços dos serviços ora licitados, poderão sofrer reajustes da seguinte forma: **a)** Após um ano de vigência do contrato, se for o caso, mesmo sendo aplicado o índice IGPM-FGV.

b) Poderá ocorrer a recomposição de valores nos quadros enquadrados no disposto na alínea "d" do art. 65 da Lei 8.666/93. Os valores somente serão recompostos após a apresentação de notas fiscais (1ª via original ou autenticada) que comprovem o aumento do custo do produto, bem como índices que comprovem que o aumento do produto deu-se a nível regional, não somente pelo fornecedor. Sendo que somente poderá ser realinhado após serem provados as perdas em sobre o valor de origem do contrato e dos preço licitados.

c) Os índices de aumento devem ser comprovados através de órgãos ou sites oficiais.

7.2.2. se for verificada variação nos preços de mercado para menor do contratado, a administração poderá, proceder a recomposição de preços, independentemente da anuência contratada, nos termos do disposto no art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº. 8666/93.

7.2.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

7.2.4. A solicitação deverá ser feita mediante requerimento formal acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio físico financeiro, protocolizados no Protocolo da

Av. Iguaçu, 281 – Cx. Post. 31 – Fone/Fax: (46) 3534-8060 – CEP 85575-000 – SÃO JORGE D'OESTE – PARANÁ

Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

7.2.5. Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela **PREFEITURA e CONTRATADA**, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de compras e serviços.

7.3 - PRAZO DE PAGAMENTO:

7.4 - O pagamento será Até 30 dias após emissão de Nota Fiscal, devidamente atestada pela unidade competente. No caso da data do pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subseqüente.

7.5. Os pagamentos devidos serão depositados, na conta corrente ou conta poupança que a CONTRATADA deverá manter preferencialmente junto ao BANCO DO BRASIL, em atenção a instrução normativa nº. 045/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. È DEVER DO FORNECEDOR: informar o nome e o número do banco, da agência e da conta bancária da empresa, para o depósito.

7.6 - O pagamento efetuado não isentará a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

7.7 - As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

7.8 -Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

7.9 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2510	11.001.10.301.0011.2048	303	3.3.90.39.50.10	Do Exercício

Para os demais exercícios financeiros as despesas serão por conta das dotações orçamentárias de cada ano/exercício.

CLAUSULA OITAVA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

8.1. - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

I) "**prática corrupta**": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

II) "**prática fraudulenta**": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Av. Iguaçu, 281 – Cx. Post. 31 – Fone/Fax: (46) 3534-8060 – CEP 85575-000 – SÃO JORGE D'OESTE – PARANÁ

III) "**prática conluiada**": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
IV) "**prática coercitiva**": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte.
V) "**prática obstrutiva**"significa: (aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (d) abaixo:

(a) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(b)declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(c) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco[6], inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado' subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
(d) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

Av. Iguaçu, 281 – Cx. Post. 31 – Fone/Fax: (46) 3534-8060 – CEP 85575-000 – SÃO JORGE D'OESTE – PARANÁ

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato."

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 – A fiscalização do Contrato será efetuada pelo servidor(a) VANILDA GRAUPNER da SECRETARIA DE SAÚDE .

9.2 - O gestor do Contrato Ficará a cargo do Servidor(a) JOSE DELL OSBEL da Secretaria SECRETARIA DE SAÚDE.

CLÁUSULA DECIMA – SUSPENSÃO OU RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 – A execução do contrato, objeto da licitação, poderá ser suspenso ou rescindido nos casos previstos na Lei de Licitações, como também nos seguintes casos:

a) Pelo Município de São Jorge D'Oeste, quando for por este julgado que o fornecedor esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao contrato ou pela não observância das normas legais;

b) Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação e devidamente aceito pela Administração Municipal de São Jorge D'Oeste, nos termos legais;

- A rescisão poderá ainda ocorrer quando houver:

10.2.1. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

10.2.2. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.

10.2.3. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeita Municipal.

10.2.4. Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

Av. Iguaçu, 281 – Cx. Post. 31 – Fone/Fax: (46) 3534-8060 – CEP 85575-000 – SÃO JORGE D'OESTE – PARANÁ

10.3 - A solicitação da CONTRATADA, para rescisão do contrato deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura Municipal através de sua representante legal a aplicação das penalidades previstas neste contrato, caso não aceitas as razões do pedido.
10.4 - Este instrumento contratual poderá ser rescindido amigavelmente a qualquer momento, por quaisquer das partes, desde que a parte interessada na rescisão comunique por escrito a outra, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Tal rescisão desobrigará ambas as partes, ao pagamento de multas ou indenizações.
10.5 - O presente contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Será aplicada multa sobre o valor do ajuste em:

11.2.1. Trinta por cento (30%) sobre o valor do contrato e suspensão temporária de participar de novas licitações pelo prazo de 05 (cinco) anos, pela recusa injustificada em assinar o contrato;

11.2.1. Quarenta por cento (40%), sobre o valor do contrato pela inexecução parcial do contrato.

11.2.1. Cinqüenta Por cento (50%), sobre o valor do contrato pela inexecução total do Contrato.

11.3. As multas pelo atraso na execução da entrega serão aplicadas sobre o valor da parte não cumprida, ao valor de R$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, quando então será caracterizada a inexecução total do contrato, com as conseqüências dela advindas.
11.4. Multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
11.5. A ocorrência de qualquer tipo de inadimplência não abrangida neste instrumento sujeita, a contratada, à multa de quarenta por cento (40%) sobre o valor do ajuste ou da parte não cumprida.
11.6. Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02, sem prejuízos das multas previstas neste instrumento.
11.7. As sanções são independentes. A aplicação se uma não exclui a das outras.
11.8. O pagamento das multas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração, podendo ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste instrumento.
11.9. O valor da multa será descontado dos eventuais créditos devidos pela Administração ou ainda cobrada administrativa ou judicialmente.
11.10. No caso de aplicação das penalidades previstas, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato sendo aberta vista do processo aos interessados tanto pra o prazo de recurso como para o prazo de defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DAS PARTES INTEGRANTES

12.1. As condições estabelecidas na **Pregão, sob n º. 26/2020** e na proposta apresentada pela empresa ora **CONTRATADA**, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

12.3 Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela **PREFEITURA e CONTRATADA**, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.
12.4. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acrescimos ou supressões contratuais que se fizerem necessarias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

13.2. Faz parte integrante, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2020**. e a proposta de preços conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais documentos da licitação que sejam pertinentes, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13.3. A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar o contrato e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2020.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUCESSÃO E FORO
14.1. As partes firmam o presente instrumento em **02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados)** de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a **Comarca de São João, Estado do Paraná,** não obstante qualquer mudança de domicílio da **CONTRATADA**, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

São Jorge D'Oeste, 20/04/2020.

Luan Cesar Balbino Dias
RG 9.029.155-6 SSP/PR
CRA/PR 700021

GILMAR PAIXÃO
PREFEITO

HELPMED SAÚDE LTDA
LUAN CESAR BALBINO DIAS
CPF Nº. 045.624.689-47

TESTEMUNHAS:

04.770.650/0001-77
HELPMED SAÚDE LTDA - ME

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Av. Iguaçu, 2820 - Sala 201 Bl. Comercial
Água Verde - CEP 80.240-031
Curitiba - Paraná

Prefeitura Municipal de Vitorino

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

CNPJ: 76.995.462/0001-06
Rua Bento de Camargo, 114
C.E.P.: 85620-000 - Vitorino - PR

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 19/2020 - PE

Processo Administrativo: 43/2020
Processo de Licitação: 43/2020
Data do Processo: 27/03/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL QUE SE ENCONTREM NA LISTA MUNICIPAL DE BENEFICIOS EVENTUAIS SEDS Nº 13/2020.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº: 19 / 2020

Motivo: VALORES OFERTADOS NO CERTAME ACIMA DOS VALORES DE REFERENCIA. COTEC FEIRAS DECLARO FRACASSADO O PRESENTE CERTAME.

Vitorino, 24 de Abril de 2020

FERNANDO SINHORINI
Pregoeiro(a)

Decreto 4430, de 24 de abril de 2020

Súmula: Mantém a suspensão das aulas nas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Vitorino, por força da pandemia provocada pelo Coronavírus (covid-19), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º. As aulas em Escolas Públicas Municipais permanecerão suspensas por prazo indeterminado, até determinação posterior em contrário.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer deve adotar medidas para propiciar uma rotina pedagógica domiciliar, com base na Deliberação 1 do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE), de 31 de março de 2020.

Art. 3º. A nova rotina pedagógica domiciliar deverá ter início a partir de 27 de abril de 2020, nos termos de regulamento próprio estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vitorino, 22 de abril de 2020.

Juarez Votri
Prefeito Municipal

Instrução Normativa 001, de 24 de abril de 2020

Súmula: Regulamenta o regime especial domiciliar nas escolas Rede Municipal de Ensino de Vitorino, por meio de atividades escolares não presenciais (remotas), por força da pandemia do novo coronavírus (covid-19).

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, no Decreto Estadual 4.320, de 20 de março de 2020, nos Decretos Municipais 4403, de 18 de março de 2020, 4404, de 20 de março de 2020, 4412, de 03 de abril de 2020, 4415, de 06 de abril de 2020, bem como na Deliberação 1, de 31 de março de 2020, do Conselho Estadual de Educação do Paraná; e

CONSIDERANDO que a Rede Municipal de Ensino de Vitorino integra o Sistema Estadual de Ensino do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído Regime Especial Domiciliar para realização de atividades escolares, por meio remoto (não presencial), para os alunos da Rede Municipal de Ensino, da Pré-Escola e dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) de Vitorino.

Parágrafo único. As atividades escolares remotas em regime especial tem início retroativo a 1º de abril de 2020 e será automaticamente finalizado por meio de ato do Prefeito Municipal de Vitorino que determine o encerramento do período de suspensão das aulas presenciais ou por expressa manifestação desta Secretaria.

Art. 2º. As atividades escolares remotas terão o objetivo de manter o contato dos estudantes com as instituições de ensino, não sendo contabilizadas para a contagem de dias letivos.

Parágrafo único. As instituições que ofertam educação infantil deverão também planejar e encaminhar atividades e materiais, bem como disponibilizar recursos pedagógicos para seus estudantes, com o objetivo de mitigar os impactos da sua ausência no cotidiano escolar e de apoiar suas famílias.

Art. 3º São atividades escolares remotas e/ou não presenciais:

I – as ofertadas pela mantenedora, sob a responsabilidade de professores/eu equipe pedagógica do componente curricular de maneira remota e sem a presença do professor e do estudante no mesmo espaço físico.

II – metodologias desenvolvidas por meio de recursos tecnológicos, adotados pelas instituições de ensino e/ou professores e utilizadas pelos estudantes.

III – as submetidas ao controle de frequência e participação do estudante.

IV – as que integram o processo de avaliação do estudante.

Art. 4º. As atividades escolares deverão ser realizadas semanalmente, conforme cronograma de organização estabelecido por cada instituição de ensino municipal.

Art. 5º.As atividades escolares serão disponibilizadas aos pais ou responsáveis:

I – preferencialmente por meio virtual, como disponibilização no sítio da Prefeitura Municipal de Vitorino ou em blogs das escolas, envio por correio eletrônico (e-mail)ou aplicativos de celular (WhatsAppe outros);

II – excepcionalmente, por meio físico, mediante disponibilização de materiais impressos serem retirados nas instituições de ensino.

§ 1º. As atividades disponibilizadas através de materiais impressos por meio físico deverão ser objeto de retirada na mesma instituição de ensino na qual o aluno se encontra matriculado, e somente ocorrerá quando os pais ou responsáveis não tiverem acesso aos meios tecnológicos, observadas sempre as regras de etiqueta respiratoria.

§ 2º. Quando as atividades forem disponibilizadas através de materiais impressos por meio físico, caberá aos pais ou responsáveis devolvê-las na instituição de ensino onde os retiraram.

Art.6º. Compete às instituições de ensino municipal:

I – disponibilizar aos professores e/ou coordenadores pedagógicos os recursos tecnológicos necessários, como computadores, internet e afins;

II –distribuir o material organizado e elaborado pela equipe pedagógica e/ou professores;

III – receberas devolutivas feitas pelos pais e/ou responsáveis;

IV – registrar as entregas e os recebimentos das atividades em lista especifica para cada semana.

Art.7º. Compete:

I – à equipe pedagógica:

a) elaborar, organizar e acompanhar a elaboração, a organização, a revisão, a avaliação e a correção prévia das atividades desenvolvidas e encaminhadas aos alunos;

b)corrigir as atividades encaminhadas pelos alunos;

c) avaliar e realizar devolutiva (feedback) das atividades encaminhadas pelos alunos,através de bilhetes sobre erros e acertos.

II – à Gerência de Ensino: supervisionar a elaboração das atividades de acordo com o Curriculo Escolar em vigor, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular do Paraná.

Art.8º.Os casos omissos referentes à aplicação desta instrução normativa serão objeto de resolução pela Secretaria, de ofício ou mediante provocação dos dirigentes das instituições de ensino.

Art. 9º.A presente instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação, convalidados os efeitos das atividades iniciadas a partir de 22 de abril de 2020.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Vitorino, aos 24 de abril de 2020.

Dirceu Antonio Ruaro
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Decreto 2858/2013

Extrato da ata de registro de preços nº 47/2020, pregão eletronico registro de preços nº 11/2020- Por LOTE- partes Prefeitura Municipal de Vitorino e empresa MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA, CNPJ N º 36097231000102- objeto: registrar em ata de registro de preços a AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES, PARA LINHA LEVE, MEDIA E PESADA DA FROTA MUNICIPAL, de acordo com a descrição constante no anexo v, que faz parte do edital, na proposta de preços, referente ao edital de pregão eletrônico registro de preços nº. 11/2020:. Conforme mapa comparativo de preços que faz parte da ata de registro preços nº. 47/2020. - do prazo de vigência: o prazo de vigência do registro de preços será pelo período de 12 (doze) meses. assinaturas JUAREZ VOTRI Prefeito Municipal de Vitorino – MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA

Extrato da ata de registro de preços nº 48/2020, pregão eletronico registro de preços nº 11/2020- Por LOTE- partes Prefeitura Municipal de Vitorino e empresa GREEN HILL COMERCIO DE PNEUS LTDA, CNPJ N º 34147979000147- objeto: registrar em ata de registro de preços a AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES, PARA LINHA LEVE, MEDIA E PESADA DA FROTA MUNICIPAL, de acordo com a descrição constante no anexo v, que faz parte do edital, na proposta de preços, referente ao edital de pregão eletrônico registro de preços nº. 11/2020:. Conforme mapa comparativo de preços que faz parte da ata de registro preços nº. 48/2020. - do prazo de vigência: o prazo de vigência do registro de preços será pelo período de 12 (doze) meses. assinaturas JUAREZ VOTRI Prefeito Municipal de Vitorino – GREEN HILL COMERCIO DE PNEUS LTDA

Extrato da ata de registro de preços nº 49/2020, pregão eletronico registro de preços nº 11/2020- Por LOTE- partes Prefeitura Municipal de Vitorino e empresa AFC PNEUS LTDA, CNPJ N º 28727981000192- objeto: registrar em ata de registro de preços a AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES, PARA LINHA LEVE, MEDIA E PESADA DA FROTA MUNICIPAL, de acordo com a descrição constante no anexo v, que faz parte do edital, na proposta de preços, referente ao edital de pregão eletrônico registro de preços nº. 11/2020:. Conforme mapa comparativo de preços que faz parte da ata de registro preços nº. 49/2020. - do prazo de vigência: o prazo de vigência do registro de preços será pelo período de 12 (doze) meses. assinaturas JUAREZ VOTRI Prefeito Municipal de Vitorino – AFC PNEUS LTDA

Extrato da ata de registro de preços nº 50/2020, pregão eletronico registro de preços nº 11/2020- Por LOTE- partes Prefeitura Municipal de Vitorino e empresa IRMAOS FLACH LTDA, CNPJ N º 08774832000177- objeto: registrar em ata de registro de preços a AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES, PARA LINHA LEVE, MEDIA E PESADA DA FROTA MUNICIPAL, de acordo com a descrição constante no anexo v, que faz parte do edital, na proposta de preços, referente ao edital de pregão eletrônico registro de preços nº. 11/2020:. Conforme mapa comparativo de preços que faz parte da ata de registro preços nº. 50/2020. - do prazo de vigência: o prazo de vigência do registro de preços será pelo período de 12 (doze) meses. assinaturas JUAREZ VOTRI Prefeito Municipal de Vitorino – IRMAOS FLACH LTDA

Extrato da ata de registro de preços nº 51/2020, pregão eletronico registro de preços nº 11/2020- Por LOTE- partes Prefeitura Municipal de Vitorino e empresa ZEUS COMERCIAL EIRELI, CNPJ N º 34840358000144- objeto: registrar em ata de registro de preços a AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES, PARA LINHA LEVE, MEDIA E PESADA DA FROTA MUNICIPAL, de acordo com a descrição constante no anexo v, que faz parte do edital, na proposta de preços, referente ao edital de pregão eletrônico registro de preços nº. 11/2020:. Conforme mapa comparativo de preços que faz parte da ata de registro preços nº. 51/2020. - do prazo de vigência: o prazo de vigência do registro de preços será pelo período de 12 (doze) meses. assinaturas JUAREZ VOTRI Prefeito Municipal de Vitorino – ZEUS COMERCIAL EIRELI

Extrato da inexigibilidade nº 01/2020. Contratante Municipio de Vitorino Cnpj 76995463/0001-00 e Contratados –

	1. Name	2 CPF
1	VALDEMAR PEDRO MANTARELLO	730.052.479-04
2	AUGUSTO ANTONIO MARTINELLO	590.548.709-34
3	CELSO ANTONIO GRANDO	265.463.789-49
4	LAUDELINO MADRUGA	546.489.499-20
5	ETERVINO PERERA	496.948.779-49
6	ANA CLAUDIA DALLA VALE	087.582.479-90
7	CLAUDIO PEREIRA NUNES	312.146.309-53
8	RENATO TROIA	992.624.649-34
9	VILSON DALLA VALLE	674.848.239-53
10	MARI DE OLIVEIRA PEREIRA	025.426.026-20
11	MARCO ANTONIO MARIOTTI	011.137.209-80
12	NOELI BONSZKOWSKI	026.469.599-48
13	DIEGO ANTONIO TUBSHER FRANCISCO	263.762.909-20
14	REGIS MACALI	772.725.579-72
15	WALDIR BEUSEGA PC	937.753.209-87
16	ADAIR RIBEIRO	313.994.119-91
17	PEDRO COLLA	313.966.519-34
18	ADAILTON COPACAMINHO	027.200.639-09
19	TEREZINHA FATIMA CASAGRANDE	267.752.689-20
20	VALMIR MARIANO LOPES	049.364.109-53
21	ELIANE MARSIA MARCHIETTI	036.168.529-52

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, VISANDO ATENDER AO PROGRAMA PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR), PARA SUPRIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAMANETO PUBLICO 02/2020. Valor. R$ 121.552,50 Dotação Orçamentária-172-173. Motivo da Inexigibilidade: A aquisição de Gêneros Alimentícios, objeto deste processo é inexigível de licitação em decorrência do Credenciamento no Chamamento Publico 002/2020 e em conformidade com a Lei 11.947/2009 Art. 14, onde consta que "do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizado na aquisição de Gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural" e do disposto no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Data 23/04/2020. Assinaturas: Município de Vitorino - Juarez Votri -Fernando Sinhorini- Presidente da Comissão de Licitação -KLEBERSON PEDROSO MACHADO- Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 53/2020

Juarez Votri, Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I - Na portaria 15/2020 de 23 de janeiro de 2020 onde se lê:

Eder Roberto Chitto	Motorista	2019/2020	03/02 a 03/03/2020
José Ferreira	Motorista	2019/2020	22/01 a 06/02/2020

Le – se

Eder Roberto Chitto	Motorista	2018/2019	03/02 a 03/03/2020
José Ferreira	Motorista	2018/2019	22/01 a 06/02/2020

II - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período Férias Gozadas
Eder Roberto Chitto	Motorista	2019/2020	23/04 a 22/05/2020
José Ferreira	Motorista	2019/2020	23/04 a 22/05/2020

III – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, em 24 de abril de 2020.

Juarez Votri
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	Nº 22/2020 Pregão Nº. 26/2020
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE – PARANÁ. - CNPJ Nº. 76.995.340/0001-03
Contratada	HELPMED SAUDE LTDA. CNPJ nº. 04.770.550/0001-77
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS, ATENDIMENTO DE URGENCIA/ EMERGENCIA E CONSULTAS MEDICAS NA ATENÇAO BASICA COM PROFISSIONAL DEVIDAMENTE CAPACITADO E REGISTRADO NO CONSELHO DE CLASSE COM CARGA HORARIA DE 40 HORAS SEMANAIS, EM LOCAL DEFINIDO PELA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO JORGE D'OESTE-PR.
Valor	R$ 181.010,06 (cento e oitenta e um mil e dez reais)
Prazo de execução	9 (nove) meses, até 19/01/2021
Prazo de vigência	até 19/01/2021
Data assinatura	São Jorge D'Oeste/PR, 20/04/2020

AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020, que tem como OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, AS QUAIS SERÃO ENTREGUES MENSALMENTE AS FAMILIAS CARENTES DEVIDAMENTE CADASTRADAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, E CONFORME A QUANTIDADE SOLICITADA MENSALMENTE, CONFORME LEI 783/2017 DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR. Para atender o Art. 38, inc. VII da Lei 8.666/93, o Pregoeiro torna publico o resultado de adjudicação do certame em epigrafe, em favor da empresa vencedora abaixo relacionada:

Fornecedor	Lote	Valor Total R$
NOVA GERAÇÃO ALIMENTOS LTDA ME	01	54.799,20

Ficando adjudicada a presente licitação, nos termos anteriores mencionados.

São Jorge D'Oeste-Paraná, 22 de abril de 2020.
Diogo de Oliveira
Pregoeiro
Portaria nº 1825/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 027/2020 - MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, AS QUAIS SERÃO ENTREGUES MENSALMENTE AS FAMÍLIAS CARENTES DEVIDAMENTE CADASTRADAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, E CONFORME A QUANTIDADE SOLICITADA MENSALMENTE, CONFORME LEI 783/2017 DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR. Em cumprimento ao disposto no Art. 38, VII da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epigrafe, sendo vencedora empresa abaixo relacionada:

Fornecedor	Lote	Valor Total R$
NOVA GERAÇÃO ALIMENTOS LTDA ME	01	54.799,20

Fica a empresa vencedora convocada para assinatura do contrato, no prazo de 03 (três) dias, a contar a partir desta publicação.

São Jorge D'Oeste - Paraná, 24/04/2020.
GILMAR PAIXÃO
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL
BELA VISTA DA CAROBA

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2020

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor Dilso Storch, no uso de suas atribuições legais, faz saber e TORNA PUBLICO, que se encontra aberto o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, que será regido pela Lei Federal de nº. 10.520 de 2002; Decretos Municipais n.º 167 e 171 de 2016 e subsidiariamente pela Lei nº. 9666/1993 e suas posteriores alterações, para a finalidade abaixo especificada:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE Á ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

2. VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 227.248,90 (duzentos e vinte e sete mil e duzentos e quarenta e oito reais e noventa centavos).

3. DATA DE ABERTURA: dia 08/05/2020, às 08:30 horas.

4. LOCAL DA ABERTURA: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná.

O Edital e Anexos poderá ser retirado na Prefeitura Municipal, localizada à Rua Rio de Janeiro, n.º 1021, centro, em horário comercial (8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas), de 2ª à 6ª sexta-feira.

Considerando a realização do pregão na forma presencial nesse período de pandemia, cumpre frisar que o Município disponibilizará amplo espaço que permanecerá aberto, assim como insumos de assepsia e seguirá a regras de distanciamento social determinados pela Autoridade Sanitária Municipal em consonância com as normativas expedidas pela Secretaria de Estado de Saúde - SESA e pelo Ministério da Saúde.

Os licitantes deverão fazer a utilização de mascaras.

Bela Vista da Caroba - PR, 24 de abril de 2020.
DILSO STORCH - Prefeito Municipal
JOÃO LUIS NICOLOTTI - Pregoeiro

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2020

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor Dilso Storch, no uso de suas atribuições legais, faz saber e TORNA PÚBLICO, que se encontra aberto o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, que será regido pela Lei Federal de nº. 10.520 de 2002; Decretos Municipais n.º 167 e 171 de 2016 e subsidiariamente pela Lei nº. 9666/1993 e suas posteriores alterações, para a finalidade abaixo especificada:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM E INFORMATICA PARA AS VIGILÂNCIAS EM SAÚDE DO MUNICIPIO DE BELA VISTA DA CAROBA CONFORME RESOLUÇÃO 615/2019 - SESA/PR

2. VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 15.368,70 (quinze mil e trezentos e sessenta e oito reais e setenta centavos).

3. DATA DE ABERTURA: dia 12/05/2020, às 08:30 horas.

4. LOCAL DA ABERTURA: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná.

O Edital e Anexos poderá ser retirado na Prefeitura Municipal, localizada à Rua Rio de Janeiro, n.º 1021, centro, em horário comercial (8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas), de 2ª à 6ª sexta-feira.

Considerando a realização do pregão na forma presencial nesse período de pandemia, cumpre frisar que o Município disponibilizará amplo espaço que permanecerá aberto, assim como insumos de assepsia e seguirá a regras de distanciamento social determinados pela Autoridade Sanitária Municipal em consonância com as normativas expedidas pela Secretaria de Estado de Saúde - SESA e pelo Ministério da Saúde.

Os licitantes deverão fazer a utilização de mascaras.

Bela Vista da Caroba - PR, 24 de abril de 2020.
DILSO STORCH - Prefeito Municipal
JOÃO LUIS NICOLOTTI - Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Salto do Lontra

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020

Expirado o prazo recursal, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epigrafe e a adjudicação do objeto em favor da(s) empresa(s):

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO ITEM	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Descritivo do fertilizante a ser fornecido: Fertilizante mineral misto, duas peletizações em cinco, com especificação mínima de 20% Ntotal, aditivados com micronutrientes e cálcio, 20% solubilizado em água. Totalmente isento de resíduos. Deverá ser fornecido rotineiramente quinzenalmente ou mensalmente (a critério da Secretaria Municipal), com base para o Município.	TERRA VIVA COMERCIO E REP - EIRELI EPP	1.210	2.904,00
1	2	Descritivo: adubo granulado, de cor cinza, composto de cama de aviário, com especificação mínima de 20% Ntotal, aditivados com micronutrientes e cálcio, 20% solubilizado em água. Totalmente isento de resíduos. Deverá ser fornecido rotineiramente quinzenalmente ou mensalmente (a critério da Secretaria Municipal), com base para o Município.	TERRA VIVA COMERCIO E REP - EIRELI EPP	4.200	12.600,00
2	1	Descritivo: adubo granulado, de cor cinza, composto de cama de aviário, com especificação mínima de 20% Ntotal, aditivados com micronutrientes e cálcio, 20% solubilizado em água. Totalmente isento de resíduos. Deverá ser fornecido rotineiramente quinzenalmente ou mensalmente (a critério da Secretaria Municipal), com base para o Município.	RODRIGO ALVES PEREIRA	4.200	12.600,00
2	2	Descritivo: adubo granulado, de cor cinza, composto de cama de aviário, com especificação mínima de 20% Ntotal, aditivados com micronutrientes e cálcio, 20% solubilizado em água. Totalmente isento de resíduos. Deverá ser fornecido rotineiramente quinzenalmente ou mensalmente (a critério da Secretaria Municipal), com base para o Município.	TERRA VIVA COMERCIO E REP - EIRELI EPP	4.200	12.600,00
3	1	Caixa basculante, tampa traseira, para carregamento de adubo, dotado rodados, pneus aros, eixo, dimensões aproximadas: 1,60x2,00m de metros de capacidade, com altura para entrar no tanque basculante, com rodo acoplado 14 polegadas, com cilindro hidráulico	BEL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICO	32.500,00	32.500,00
4	1	Caminhão, ano 2012 ou superior com potencia de 160 cv ou mais, tanque de capacidade de 12 metros de comprimento, no mínimo de 5 metros de profundidade com volume não inferior a 60 metros cúbicos, com diâmetro entre as bases de 10 cm, instalado de maneira horizontalmente, sendo o volume de no mínimo 15 (quinze) metros cúbicos e 140 cm. Chão de aço com espessura de 6 milímetros, fator de vida útil cada vez de 20 anos, com sistema de descarga por gravidade, através de quatro comportas hidráulicas, tendo para movimento de todas as comportas de um só botão, instalado de no mínimo 2 (dois) sistema de limpeza de palhetas, pontos e pneus de engate ao mesmo hidráulico do tanque, sistema hidráulico de acionamento, ou meio de alimentação, através de tomada de força do equipamento, operado a motor externo ou peração de transporte (vertical, frente) independente, que garantam que possa ser pesado utilizado.	2013 FORD	3,00	32.500,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
TERRA VIVA COMERCIO E REP - EIRELI EPP	32.540,00
BEL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICO	185.000,00
CLÉIA E K ZIKUROW - ME	32.500,00

Salto do Lontra, 24 de abril de 2020.

MAURÍCIO BAÚ
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 86/2019

OBJETO:	Contratação de empresas especializadas com profissionais habilitados para ministrar aulas de violão, atividades físicas, para atender os projetos sociais do Município de Salto do Lontra PR
CONTRATADO:	VALDANEI LUIZ RISSO 04504734907
CNPJ:	32.848.622/0001-80
VIGENCIA:	30/04/2020
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - PR

Salto do Lontra, Sexta-Feira, 24 de abril de 2020

MAURÍCIO BAÚ
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2017

OBJETO:	aquisição de CBUQ - Concreto betuminoso usinado à quente para manutenção e reparo de vias urbanas e rurais do município de Salto do Lontra
CONTRATADO:	CONSTRUTORA COQUETO MARIA EIRELI
CNPJ:	18.570.722/0001-46
VALOR:	11.988,00
VIGENCIA:	15/07/2020
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - PR

Salto do Lontra, Sexta-Feira, 24 de abril de 2020

MAURÍCIO BAÚ
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2018

OBJETO:	Contratação de serviço de manutenção e reparo de parte elétrica de veículo maquinas com fornecimentos de peças
CONTRATADO:	ELETRO MECANICA DE PAULI LTDA
CNPJ:	75.036.426/0001-02
VIGÊNCIA:	30/06/2020
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - PR

Salto do Lontra, Sexta-Feira, 24 de abril de 2020

MAURÍCIO BAÚ
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE

Portaria nº 1900/2020

Concede Licença Maternidade à servidora Miltes Jaguszeski de Aguiar
Gilmar Paixão, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,-R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER Licença Maternidade à servidora MILTES JAGUSZESKI DE AGUIAR, matrícula funcional n.º 427-1 e 427-2 portadora do CPF nº 061.101.701-98, ocupante do cargo Efetivo de Professora, lotada junto ao Departamento de Educação, Cultura e Esportes, no período de 20 de abril até 17 de agosto de 2020, com base no art. 120 da Lei 060/2005 e suas alterações.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir 20 de abril de 2020.
Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos vinte quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, 57º ano de emancipação.
Gilmar Paixão-Prefeito

Portaria n.º 1901/2020

Concede ao servidor Ary Carniel Schneiker, licença prêmio.
Gilmar Paixão, Prefeito de São Jorge D´Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 131 da Lei n.º 060 de 06 de dezembro de 2005 e pela Lei Orgânica do Município,-RESOLVE:
Art. 1º Concede ao servidor, ARY CARNIEL SCHNEIKER portador do CPF n.º 589.349.799-68, matricula 1223-1, ocupante do cargo Provimento Servente de Obras, Licença Prêmio de 04 de maio até 01 de agosto de 2020.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.
Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos vinte quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, 57º ano de emancipação.
Gilmar Paixão-Prefeito

Portaria n.º 1902/2020

Concede ao servidor Edgar Thomé, licença prêmio.
Gilmar Paixão, Prefeito de São Jorge D´Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 131 da Lei n.º 060 de 06 de dezembro de 2005 e pela Lei Orgânica do Município,-RESOLVE:
Art. 1º Concede ao servidor, EDGAR THOMÉ portador do CPF n.º 787.130.649-91, matricula 1428-1, ocupante do cargo Provimento Vigia, Licença Prêmio de 04 de maio até 01 de agosto de 2020.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.
Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos vinte quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, 57º ano de emancipação.
Gilmar Paixão-Prefeito

Cod329260

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	Nº 22/2020 Pregão/Nº. 26/2020
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D´OESTE – PARANÁ–CNPJ Nº. 76.995.380/0001-03
Contratada	HELPMED SAÚDE LTDA- CNPJ nº. 04.770.650/0001-77
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, ATENDIMENTO DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA E CONSULTAS MÉDICAS NA ATENÇÃO BÁSICA COM PROFISSIONAL DEVIDAMENTE CAPACITADO E REGISTRADO NO CONSELHO DE CLASSE COM CARGA HORARIA DE 40 HORAS SEMANAIS, EM LOCAL DEFINIDO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR.
Valor	R$ 161.010,00 (cento e sessenta e um mil e dez reais)
Prazo de execução	9 (nove) meses, até 19/01/2021
Prazo de vigência	até 19/01/2021
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 20/04/2020

Cod329262

AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020, que tem como OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, AS QUAIS SERÃO ENTREGUES MENSALMENTE AS FAMÍLIAS CARENTES DEVIDAMENTE CADASTRADAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, E CONFORME A QUANTIDADE SOLICITADA MENSALMENTE, CONFORME LEI 783/2017 DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR. Para atender o Art. 38, inc. VII da Lei 8.666/93, o Pregoeiro torna publico o resultado de adjudicação do certame em epigrafe, em favor da empresa vencedora abaixo relacionada:

Fornecedor	Lote	Valor Total R$
NOVA GERAÇÃO ALIMENTOS LTDA ME	01	54.799,20

Ficando adjudicada a presente licitação, nos termos anteriores mencionados.
São Jorge D'Oeste-Paraná, 22 de abril de 2020.
Diogo de Oliveira-Pregoeiro
Portaria nº1825/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 027/2020–MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, AS QUAIS SERÃO ENTREGUES MENSALMENTE AS FAMÍLIAS CARENTES DEVIDAMENTE CADASTRADAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, E CONFORME A QUANTIDADE SOLICITADA MENSALMENTE, CONFORME LEI 783/2017 DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR. Em cumprimento ao disposto no Art. 38, VII da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe, sendo vencedora empresa abaixo relacionada:

Fornecedor	Lote	Valor Total R$
NOVA GERAÇÃO ALIMENTOS LTDA ME	01	54.799,20

Fica a empresa vencedora convocada para assinatura do contrato, no prazo de 03 (três) dias, a contar a partir desta publicação.
São Jorge D'Oeste–Paraná, 24/04/2020.

GILMAR PAIXÃO-PREFEITO

Cod329263